

A inquietante política econômica

Herbert Levy *

T enho merecido convites para comparecimento a debates bastante honrosos, baseados nas objeções que tenho formulado, nos últimos dois anos, à política do FMI adotada pelo governo e que simplesmente combate a inflação com deflação.

Essa política está determinando um desgaste no plano internacional para o

FMI, que nem estabelece métodos idênticos para países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Todavia, para começo de conversa, naqueles funciona o seguro-desemprego, que nestes é uma ficção.

Há alguns dias compareci à posse dos novos dirigentes do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) e de entidades ligadas. Presidiu a sessão o dr. Paulo Dumont Villares, merecedor de acatamento geral. Sua indústria de maquinaria pesada foi uma das que sofreram os efeitos da valorização cambial, tendo suspendido suas atividades, assim

como a Indústrias Bardella, entre outras.

Não se pode aceitar que o governo federal tenha embarcado em tal política, pois teve a experiência do que aqui aconteceu de 1980 a 1984, quando de sua aplicação, por responsabilidade do ministro do Planejamento de então, Antônio Delfim Netto, já que o presidente João Baptista Figueiredo não estava preparado para julgar. Os efeitos foram devastadores.

Não se pode aceitar que o governo federal tenha embarcado na atual política

Relembro: desemprego de 4,5 milhões de trabalhadores (dados oficiais do Ministério do Trabalho), explosão das favelas e proletarização da classe média.

A história repete-se agora: na economia rural, inicialmente a mais atingida, em 1995 1 milhão de trabalhadores perderam seus empregos. E, diga-se mais uma vez, incapacitados para qualquer outra atividade, ingressaram no Movimento dos Sem-Terra, aumentando a pressão para invasões ilegais, inclusive de propriedades produtivas.

Custa crer que os responsáveis pela economia

optassem por uma taxa cambial 20 a 25% acima da real e procurassem suavizar as consequências com medidas de incentivo às exportações. Infelizmen-

te, elas não funcionaram e, pela primeira vez na história econômica do País, temos déficits na balança comercial, déficits pesados. E sempre foi dos grandes saldos que o Brasil alcançava no comércio exterior que obtínhamos os recursos para o serviço da dívida externa oficial e para a remessa de dividendos e amortizações dos capitais aqui investidos.

As autoridades recusam-se a reconhecer a gravidade da situação e fogem da única medida lógica e imperativa: o realinhamento do valor do câmbio brasileiro. Quantas vezes será preciso relembrar o que se passa com o café solúvel: sempre fomos donos tranquílios do mercado mundial. E agora? Perdemos esse mercado para a Colômbia, a Venezuela e o Equador. O



segundo aspecto inadmissível da política do FMI novamente adotada é o nível dos juros. Já demonstrei que empresas idôneas foram à insolvência porque não resistiram a juros bancários de 100% ao ano.

Como pode alguém no governo enveredar por esse disparate e defendê-lo a sério? Isso sem falar numa razão fundamental que existe para nós, brasileiros: o limite que a Constituição impõe aos juros, de 12% ao ano! O remédio para agüentar tantos ônus simultâneos impostos pela deflação foi o estímulo ao dinheiro especulativo, o dinheiro quente, justamente atraído para cá pelos altos juros. E quando eles forem repatriados com a engorda de lucros de bolsa ou juros de 40% ao ano ou mais?

Numa das reuniões da mesa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, ficamos sabendo dos grandes atrasos no pagamento do SUS, a internação dos pacientes que não

têm condições de pagar pelo Ministério da Saúde. A Santa Casa, que atende a 50 mil pacientes gratuitos diariamente, para agüentar recorreu a empréstimos bancários, a juros de 35% ao ano. Um cliente que paga essas taxas está com os dias contados. Dei um brado de alarme que sensibilizou o presidente Fernando Henrique, que acertou uma solução para pôr em dia os atrasos num prazo de dez meses, assegurando, por meio da Caixa Econômica Federal, um financiamento à taxa de 23% ao

ano, aparentemente uma pechincha nas condições atuais. Para onde voltarmos as nossas vidas, o quadro é altamente preocupante. Déficits orçamentários pesados, estouro crescente da dívida interna fundada, inadimplência, que provocou uma grave crise bancária, com paralelo só com a de 1929, e desemprego em níveis excessivos, que deve preocupar profundamente um estadista sensível às questões sociais, como é o nosso presidente.

É preciso recapitular os fatos para encontrar uma saída para a economia

Essa recapitulação de fatos é necessária para encontrarmos uma saída, porque os dados da economia são profundamente preocupantes, não sendo aceitável que somente medidas superficiais, incapazes de mudar os fatos, sejam tomadas.

Ressalvo, e o farei sempre, que o presidente Fernando Henrique é sabidamente íntegro e isso representa muito para o Brasil, nos planos interno e interna-

nacional, principalmente nos dias atuais, quando assistimos à degradação dos valores morais nos planos de gover-

no, com honrosas exceções. Daí por que a opinião recebe bem a idéia da reeleição, que é, aliás, característica das democracias, desde que não passe de uma vez. Mas o presidente precisa mostrar-se mais sensível aos efeitos sócio-econômicos que a deflação do FMI impõe e que, repito, está impondo internacionalmente muitas restrições a esse organismo internacional. ■

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.